

IPESSE: UMA ANÁLISE DA PERFORMANCE SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS BAIANOS

Urandi Roberto Paiva Freitas¹
Alex Gama Queiroz²
Jonatas Silva Espírito Santo³
Jadson Santana da Silva⁴

RESUMO

O Índice de Performance Socioeconômica – IPESSE, é um indicador que tem por objetivo medir a capacidade dos municípios baianos em ofertar serviços básicos à sua população e a qualidade destes serviços prestados. O índice é resultado da agregação de três dimensões: saúde, educação e economia, desmembradas em um conjunto de 16 indicadores. O IPESSE é o produto da média aritmética dos valores obtidos nos três índices componentes: Índice do Nível de Saúde – INS, Índice do Nível de Educação – INE e Índice de Economia e Finanças – IEF. O resultado do indicador de um município aponta a posição relativa deste no IPESSE, variando entre 0 e 1, e os valores mais elevados indicam os melhores desempenhos. Os dados utilizados para cálculo são de registros administrativos disponíveis no DATASUS, IBGE e MTE/Caged/Rais. Os resultados apresentados para os 417 municípios baianos, em 2012, indicam que boa parte dos municípios está em nível médio / baixo, considerando as metas estabelecidas nos indicadores, demonstrando que ainda há um espaço considerável para a atuação do estado por meio de políticas públicas a fim de mitigar as desigualdades socioeconômicas.

Palavras-chave: Índice; Performance; Socioeconômica; Políticas públicas.

IPESSE: AN ANALYSIS OF THE SOCIO-ECONOMIC PERFORMANCE OF MUNICIPALITIES BAIANOS

ABSTRACT

The Index of Socioeconomic Performance – IPESSE is an indicator that aims to measure the capacity and the quality in offering basic services to the population in each municipality in Bahia. The index is the result of the association of three dimensions: health, education and economy, separated in 16 different indicators. The IPESSE is the result of an arithmetic mean of the obtained values in the three components: Index of Health Status – INS, Index of Education Status – INE, and Index of Economics and Finances – IEF. The result of the municipality shows its position inside the IPESSE, which goes from 0 to 1, and the higher results indicate the best performances. The database used to the IPESSE calculation, are administrative records available in DATASUS, IBGE and MTE/Caged/Rais. The presented results for the 417 municipalities in Bahia for 2012, indicate that a good part of the municipalities are medium/low level, considering the established goals in the indicators, showing that there's still a notable space for a government acting through public policies to decrease socioeconomic inequalities.

Keywords: Index; Performance; Socioeconomic; Public policies.

JEL: H11

¹ Economista e Mestre em Economia pela UFBA, Coordenador de Estatística da SEI <urandipaiva@hotmail.com>

² Técnico da Coordenação de Estatística da SEI; Mestre em Economia pela UFBA; <alexgama@uol.com.br>

³ Coordenador de Pesquisas Populacionais da SEI; Mestre em Estatística pela UFSCar; <jonates@gmail.com>

⁴ Técnico da COEST / SEI; Bacharel em Economia e Administração <jd.santanna@gmail.com>

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o desenvolvimento de indicadores socioeconômicos disseminou-se a partir da segunda metade da década de 1960, para atender ao planejamento das políticas públicas durante os governos militares. A estratégia era produzir informações para acompanhar o desempenho dos programas do Governo Federal e seus desdobramentos para estados e municípios. Informações municipais só eram produzidas por meio do censo demográfico, realizado pelo IBGE com periodicidade decenal.

Nos períodos intercensitários, as poucas informações municipais disponíveis eram oriundas de estimativas, projeções e registros administrativos descontinuados e de confiança questionável. O fim do regime militar e a consequente descentralização administrativa promovida pelo novo ambiente democrático ampliaram a demanda por indicadores socioeconômicos de forma generalizada, independente da esfera administrativa.

Neste âmbito, os primeiros esforços para a criação de indicadores municipais na Bahia surgiram em meados da década de 1990, a partir de iniciativas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), em parceria com a unidade local do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em um período caracterizado pela consolidação do processo de redemocratização do país, emanado a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, no qual as demandas por informações municipais para planejamento tornaram-se crescentes, a SEI justificou a necessidade de desenvolvimento de indicadores em decorrência, principalmente, da extensão territorial e das disparidades existentes no estado da Bahia.

Nesse sentido, os esforços da SEI concentraram-se na elaboração de indicadores municipais que pudessem ser atualizados com menor espaço de tempo, nos períodos intercensitários. Para tanto, boa parte dos indicadores foi construída a partir de registros administrativos disponíveis à época. Estes registros permitiram a SEI sintetizar informações em indicadores mais estruturais e, com isso, a partir de uma base de dados ampla e cuidadosamente analisada, criar novas metodologias para a análise das realidades econômicas e sociais dos municípios baianos.

Decorre desse período (meados da década de 1990) o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, feito em parceria entre a SEI e o IBGE, bem como a

criação do Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE). O pioneirismo da SEI no desenvolvimento de indicadores estruturais, a partir de registros administrativos, rendeu-lhe reconhecimento nacional, sendo a metodologia do IDE e IDS adotada e aperfeiçoada em outros estados brasileiros como, por exemplo, Goiás e Alagoas⁵.

Em 2011, as metodologias de cálculo do IDE e IDS passaram por uma revisão conceitual e sistemática, o que resultou na alteração da nomenclatura dos indicadores para Índice de Performance Econômica (IPE) e Índice de Performance Social (IPS). A opção de mudança da terminologia ‘desenvolvimento’ por ‘performance’ está relacionada a questões conceituais, pois entende-se que o termo desenvolvimento é mais abrangente do que estes indicadores poderiam oferecer em termos de análises e resultados.

O IPE e o IPS classificavam os municípios de acordo com o nível de cobertura dos serviços básicos oferecidos à população em um dado ano de referência. Uma das limitações do IPE e IPS era que os resultados obtidos pelos indicadores refletiam apenas o nível de oferta de serviços públicos, todavia, não captavam a qualidade com que tais serviços eram prestados, concentrando-se exclusivamente em uma análise quantitativa.

E em 2014, alinhada a instituições que produzem indicadores de avaliação e monitoramento de políticas públicas, a SEI julgou apropriado realizar uma nova revisão metodológica, unificando o IPE e IPS, dando origem a um novo indicador para os municípios baianos: o IPESE – Índice de Performance Socioeconômica. Mais especificamente, o IPESE mensura a capacidade dos municípios em atender às necessidades da população de serviços básicos e a qualidade com que tais serviços são ofertados. O índice foi construído levando-se em consideração as variáveis que expressam as disponibilidades de recursos (*input-indicators*) e seu impacto na realidade social (*output-indicators*), traduzindo assim o esforço operacional de alocação dos recursos para a obtenção de melhorias efetivas (*throughput-indicators*) para população.

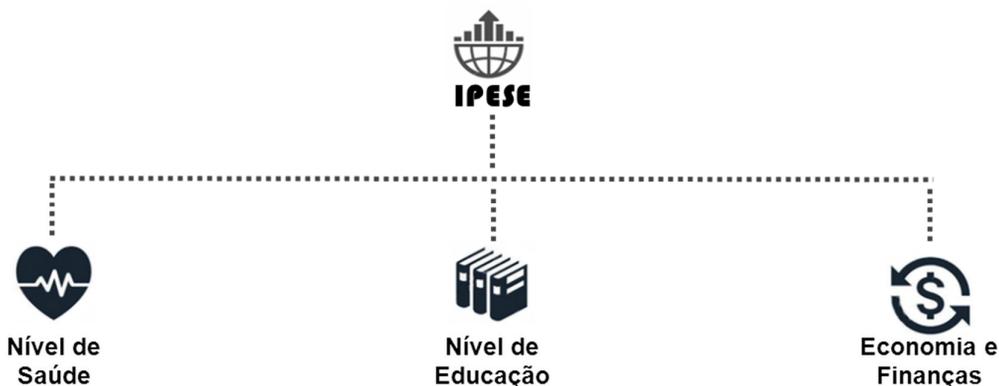
⁵ Outros institutos de pesquisa e estatística do Brasil, a exemplo da Fundação João Pinheiro, em Minas Gerais, da Fundação CIDE, no Rio de Janeiro, e da Fundação de Economia e Estatística, no Rio Grande do Sul, também desenvolviam metodologias para a criação de indicadores municipais na mesma época em que a SEI estava desenvolvendo o cálculo do IDE e do IDS. Mas a equipe técnica da SEI não encontrou nenhum registro nem publicação que evidenciassem metodologia semelhante à realizada para a Bahia pela SEI.

O IPESE trata-se de um indicador sintético composto por três dimensões: duas sociais – Educação e Saúde; e uma de natureza econômica – Economia e Finanças. O índice foi elaborado com a finalidade de ser um instrumento de monitoramento e avaliação de políticas públicas dos municípios baianos, medindo a capacidade e a qualidade com que um município oferta certos serviços básicos a sua população. O indicador tem como objetivo nortear o bom emprego de recursos públicos, atentando para as prioridades a serem atendidas no recorrente comprometimento de mitigar as disparidades econômicas e sociais.

2 METODOLOGIA

O Índice de Performance Socioeconômica – IPESE, é um indicador que tem por objetivo medir a capacidade dos municípios baianos em ofertar serviços básicos à sua população e a qualidade com que estes serviços são prestados. O índice é resultado da agregação de três dimensões: Educação; Saúde; Economia e Finanças; desmembradas em um conjunto de 16 indicadores.

Figura 1 – Índice de Performance Socioeconômica e dimensões componentes

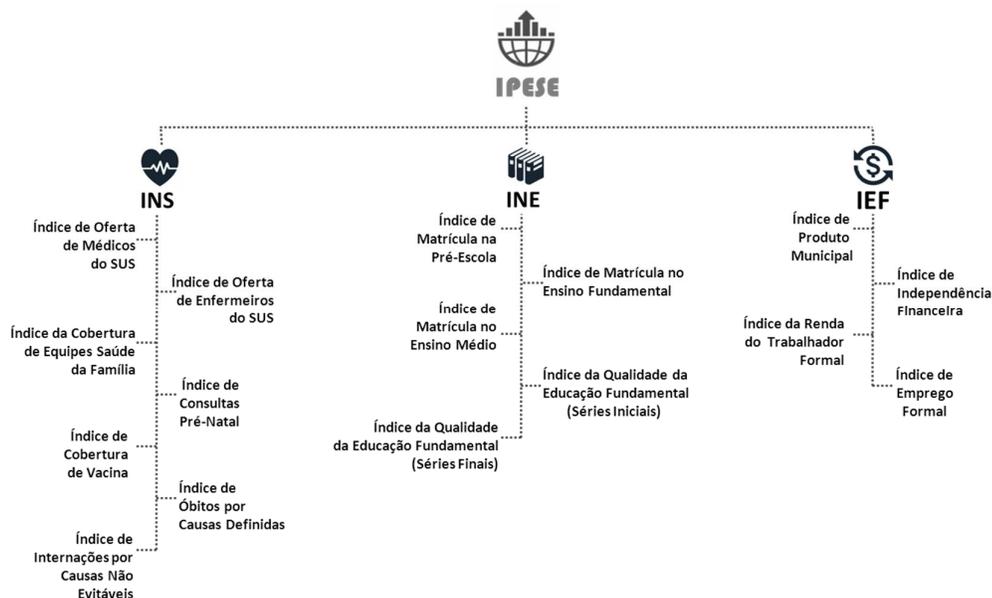


Fonte: Elaboração COEST / SEI.

As três dimensões componentes do IPESE foram selecionadas com base no atual tripé da literatura de Desenvolvimento Regional. Em cada eixo são utilizadas variáveis que tentam captar o modelo de ação implementado pelo estado brasileiro a ser seguido pelos municípios. Na área social, na dimensão saúde, o foco dos municípios deve estar voltado à atenção primária (BRASIL, 2012), e no eixo educação, a importância é dada ao ensino fundamental e pré-escolar (BRASIL,

1988). Já na dimensão economia e finanças, o objetivo é que o município alcance o nível médio dos municípios brasileiros, tendo em vista que os indicadores econômicos dos municípios baianos ainda encontram-se bem abaixo da média dos municípios do Brasil.

Figura 2 – IPESE, dimensões desagregadas e indicadores componentes



Fonte: Elaboração COEST / SEI.

A proposta metodológica para cálculo do IPESE busca identificar o comportamento dos municípios baianos em relação ao alcance parcial ou total de metas estabelecidas. Os indicadores de cada dimensão foram elaborados a partir da orientação de órgãos competentes: Secretarias de Saúde e Educação do Estado da Bahia e equipe de especialistas em economia da SEI; e as metas estipuladas conforme indicação de organismos nacionais e internacionais (MS-Brasil; WHO; IDEB). A ideia primordial é compatibilizar variáveis que mensurem a capacidade do município em ofertar certos serviços básicos e a qualidade com que esses serviços foram ofertados.

Tabela 1 – Dimensões IPESE, indicadores componentes e metas estabelecidas

DIMENSÃO	INDICADOR	METAS	
		Mínimo	Máximo
Saúde	IMED – Índice de Oferta de Médicos do SUS	0	2,5 médicos / 1.000 hab
	IENF – Índice de Oferta de Enfermeiros do SUS	0	2,0 enfermeiros / 1.000 hab
	IPSF – Índice da Cobertura de Equipes de Saúde da Família	0	100% pop. atendida por equipes de PSF
	ICPN – Índice de Consultas Pré-Natal	0	7 Consultas pré-natal / nascido vivo
	IVAC – Índice de Cobertura de Vacinas	0	100% de crianças até 24 meses vacinadas: tetra ou pentavalente
	IINE – Índice de Internações por Causas Não-Evitáveis	0	100% internações por causas não evitáveis
	IOCD – Índice de Óbitos por Causas Definidas	0	100% mortes com o motivo identificado
Educação	IMPE – Índice de Matrícula na Pré-Escola	0	100% matriculados na idade correta: 4 a 5 anos
	IMEF – Índice de Matrícula no Ensino Fundamental	0	100% matriculados na idade correta: 6 a 14 anos
	IMEM – Índice de Matrícula no Ensino Médio	0	100% matriculados na idade correta: 15 a 17 anos
	IQSI – Índice de Qualidade do Ensino Fundamental (Séries Iniciais)	0	Nota IDEB Séries Iniciais
	IQSF – Índice de Qualidade do Ensino Fundamental (Séries Finais)	0	Nota IDEB Séries Finais
Economia e Finanças	IPIB – Índice de Produto Municipal	Menor PIB per capita do Brasil	Média do PIB per capita dos municípios brasileiros
	IFIN – Índice de Independência Financeira	0	30% independência financeira
	IRTF – Índice da Renda do Trabalhador Formal	Salário mínimo vigente	Renda média do trabalhador formal dos municípios do Brasil
	IEMP – Índice de Emprego Formal	0	Proporção média de trabalhadores formais entre os habitantes de 15 a 64 anos dos municípios do Brasil

Fonte: Elaboração COEST / SEI.

Cada um dos 16 indicadores do município j é obtido pela razão da diferença entre o valor observado no município (coeficiente) e o valor mínimo determinado situação menos indesejada para o indicador, e a diferença do valor máximo (meta estabelecida para o indicador) e o valor mínimo determinado. Dessa forma, cada um dos 16 indicadores varia entre 0 (situação de baixa performance) e 1 (situação de alta performance), que se multiplicados por 100% podem ser interpretados como: quantos % das metas estabelecidas o município está alcançando.

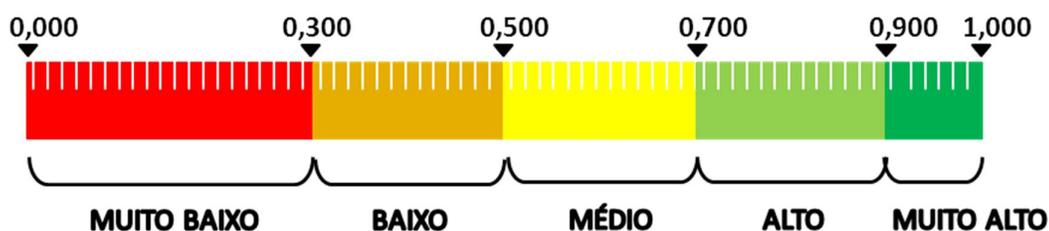
$$I_j = \frac{\text{Coeficiente} - \text{Mínimo}}{\text{Máximo} - \text{Mínimo}}$$

O IPESE é o produto da média aritmética dos valores obtidos nos índices representantes de cada dimensão: Índice do Nível de Saúde – INS, Índice do Nível de Educação – INE e Índice de Economia e Finanças – IEF. O resultado indicador do município j aponta a posição relativa deste no IPESE, variando entre zero e um, de tal forma que os valores mais elevados indicam os melhores desempenhos.

$$IPESE = \frac{INS + INE + IEF}{3}$$

Para efeito de categorização, os índices resultados de cada município são ordenados conforme uma faixa de classificação: desempenho “muito baixo” – indicador abaixo de 0,299; desempenho “baixo” – indicador entre 0,300 e 0,499; desempenho “médio” – entre 0,500 e 0,699; desempenho “alto” – entre 0,700 e 0,899; e desempenho “muito alto” – indicador acima de 0,900.

Figura 3 – Faixas de desempenho IPESE e indicadores componentes



Fonte: Elaboração COEST / SEI.

A finalidade do índice é avaliar se as políticas públicas implementadas pelo estado brasileiro e as ações municipais na oferta de serviços primordiais, estão contribuindo para que os municípios baianos alcancem um nível de performance socioeconômica capaz de atender às necessidades básicas de sua população, contribuindo para mitigar desigualdades regionais.

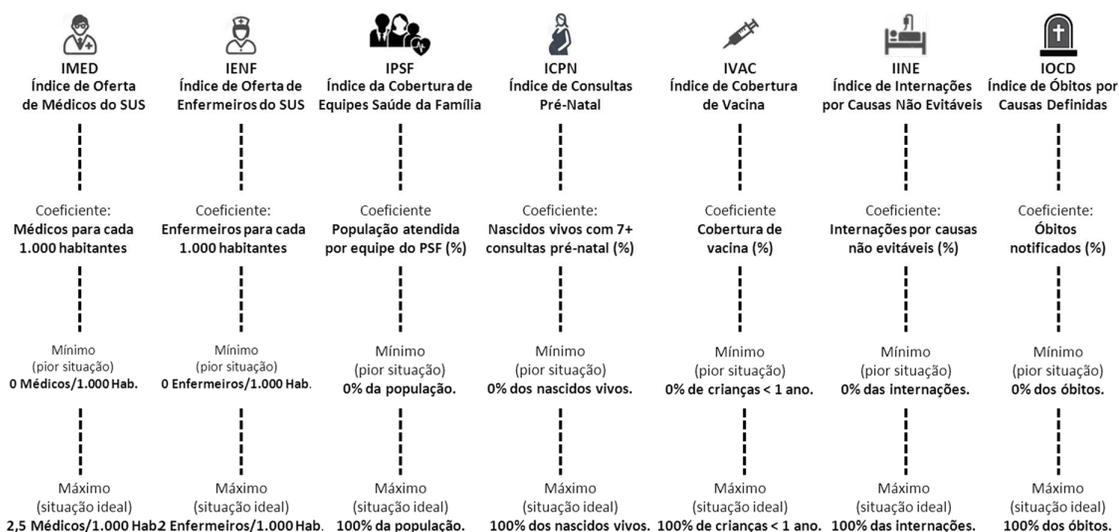
3 DIMENSÃO SAÚDE

A Dimensão Saúde é composta por 7 indicadores que estão divididos em dois blocos. O primeiro é formado por cinco indicadores que mede a capacidade de oferta, são eles: Índice de Oferta de Médicos do SUS (IMED); Índice de Oferta de Enfermeiros do SUS (IENF); Índice de Cobertura de Equipes do Programa de Saúde da Família (IPSF); Índice de Cobertura de Vacina (IVAC); e Índice de Consultas Pré-Natal (ICPN). O segundo bloco mede a qualidade com que os serviços foram prestados, em que são considerados dois indicadores: Índice de Óbitos por Causas Definidas (IOCD); e Índice de Internações por Causas Não Evitáveis (IINE). A média aritmética desses sete indicadores forma o Índice do Nível de Saúde (INS).

$$INS = \frac{I_{MED} + I_{ENF} + I_{PSF} + I_{CPN} + I_{VAC} + I_{INE} + I_{OCD}}{7}$$

A fonte de dados para cálculo foi o Ministério da Saúde, a partir das bases contidas no DATASUS – Departamento de Informática do SUS. E as metas para cada indicador foram estabelecidas conforme parâmetros definidos pela Organização Mundial de Saúde – OMS (WHO, 2006), Ministério da Saúde (BRASIL, 2000; 2011b; 2012) com orientação da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia.

Figura 4 – Índice do Nível de Saúde (INS), indicadores e metas estabelecidas



Fonte: Elaboração COEST / SEI

Abaixo seguem as especificações de cada indicador componente da Dimensão Saúde:

- a) IMED – Índice de Oferta de Médicos do SUS: indicador de oferta que monitora a disponibilidade de médicos no Sistema Único de Saúde, conforme a orientação da OMS de 2,5 médicos a cada mil habitantes. Sendo a melhor situação (meta / máximo) 2,5 médicos, e a pior situação (mínimo), 0 médico (WHO, 2006);
- b) IENF – Índice de Oferta de Enfermeiros do SUS: indicador de oferta que avalia a disponibilidade de enfermeiros no Sistema Único de Saúde, conforme orientação da OMS de 2,0 enfermeiros a cada mil habitantes. A

melhor situação (meta / máximo), 2,0 enfermeiros, e a pior situação (mínimo), 0 enfermeiro (WHO, 2006);

c) IPSF – Índice da Cobertura de Equipes Saúde da Família: indicador de oferta que mensura a cobertura de equipes de Postos de Saúde da Família, para atendimento da população do município, conforme Portaria nº 2027, de 25 de Agosto de 2011, considerando 1 equipe de PSF (1 médico, 1 enfermeiro, 1 auxiliar ou técnico de enfermagem e ACS – Agente Comunitário de Saúde) para atender entre 3.000 a 4.000 habitantes. O objetivo é cobrir 100% da população com a oferta do serviço, sendo o valor máximo (meta) 3.450 habitantes para cada 1 equipe, e o valor mínimo (pior situação), 0 equipe no município (BRASIL, 2011b);

d) ICPN – Índice de Consultas Pré-Natal: indicador de oferta que calcula o serviço de consultas pré-natal para nascidos vivos. Considerando como o ideal 7 consultas Pré-natal para cada nascido vivo (meta / máximo), com o objetivo de que 100% dos nascidos vivos tenham acima de 7 consultas médicas realizadas no período pré-natal, sendo o valor mínimo, 0 consulta (BRASIL, 2000);

e) IVAC – Índice de Cobertura de Vacinas: indicador de oferta que mensura a cobertura de vacinas tetra e pentavalente em crianças de no máximo 12 meses. O objetivo é que 100% das crianças menores de 1 ano sejam vacinadas, e o valor mínimo é 0 criança vacinada;

f) IINE – Índice de Internações por Causas Não-Evitáveis: índice de qualidade que mede a proporção de internações por causas não cobertas pelo Programa de Atenção Básica, executado pelos municípios. O objetivo é que 100% das interções ocorridas sejam por causas não evitáveis, sendo essa a meta / máxima, e o mínimo é 0% de internações por causas não evitáveis;

g) IOCD – Índice de Óbitos por Causas Definidas: índice de qualidade que capta a proporção de óbitos ocorridos em que não foi identificada a *causa mortis*. O objetivo é que 100% dos registros de óbito tenham a causa identificada, e o mínimo é que 0 morte notificada com o motivo.

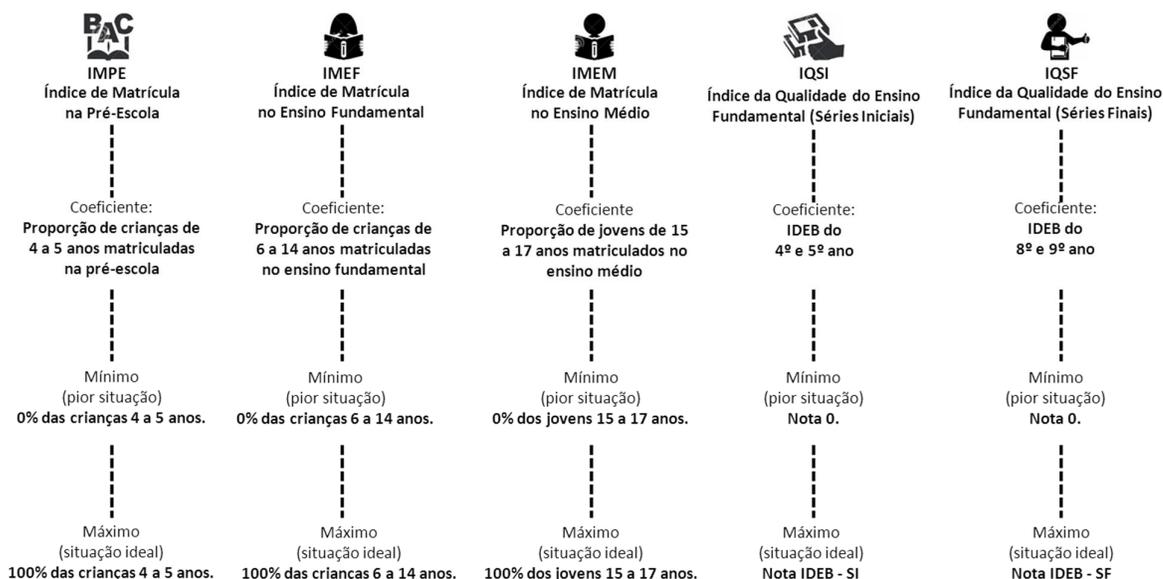
3 DIMENSÃO EDUCAÇÃO

A Dimensão Educação é formada por 5 indicadores, dividido em dois blocos. O primeiro tem o objetivo de mensurar a capacidade de oferta municipal na educação básica, são eles: Índice de Matrícula na Pré-Escola (IMPE); Índice de Matrícula no Ensino Fundamental (IMEF); Índice de Matrícula no Ensino Médio (IMEM). O segundo bloco é formado por dois indicadores que visam avaliar a qualidade com que a educação básica foi ofertada, e são eles: Índice de Qualidade do Ensino Fundamental – Séries Iniciais (IQSI); e o Índice de Qualidade do Ensino Fundamental – Séries Finais (IQSF). A média aritmética destes cinco indicadores forma o Índice do Nível de Educação (INE).

$$INE = \frac{I_{MPE} + I_{MEF} + I_{QSI} + I_{QSF} + I_{MEM}}{5}$$

A fonte de dados utilizados foi o portal Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), do Ministério da Educação, onde constam dados do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e as notas metas para educação básica no Brasil, considerando o avanço gradativo das metas até o ano de 2021.

Figura 5 – Índice do Nível de Educação (INE), indicadores e metas estabelecidas



Fonte: Elaboração COEST/ SEI.

Constam abaixo os indicadores que compõem o Índice do Nível de Educação e seus respectivos parâmetros:

- IMPE – Índice de Matrícula na Pré-Escola: índice de oferta que mensura a proporção de crianças em idade correta matriculadas na pré-escola. A meta é 100% das crianças de 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola, e o valor mínimo (0%), é ter nenhuma criança em idade correta matriculada;
- IMEF – Índice de Matrícula no Ensino Fundamental: índice de oferta que calcula a proporção de crianças e adolescentes na idade correta matriculadas no ensino fundamental. O objetivo é ter 100% das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos matriculadas no Ensino Fundamental, e o valor mínimo (0%), é ter nenhuma criança e adolescente em idade correta matriculada do 1º ao 9º ano;
- IMEM – Índice de Matrícula no Ensino Médio: índice de oferta que mede a proporção de adolescentes em idade correta matriculados no ensino médio. O objetivo é 100% dos adolescentes de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio, e o mínimo é ter nenhum (0%) matriculado na idade correta;
- IQSI – Índice de Qualidade do Ensino Fundamental (Séries Iniciais): índice que capta o nível de qualidade com que o serviço (educação no Ensino Fundamental – SI) foi ofertado no município. A meta a ser alcançada é a Nota do IDEB, para o respectivo ano. O limite inferior (mínimo) é nota 0 (BRASIL, 2007a);
- IQSF – Índice de Qualidade do Ensino Fundamental (Séries Finais): índice de qualidade que avalia a qualidade com que o serviço (educação no Ensino Fundamental – SF) foi ofertado no município. O propósito é atingir a Nota do IDEB, para o respectivo ano. O limite inferior (mínimo) é a nota 0 (BRASIL, 2007a).

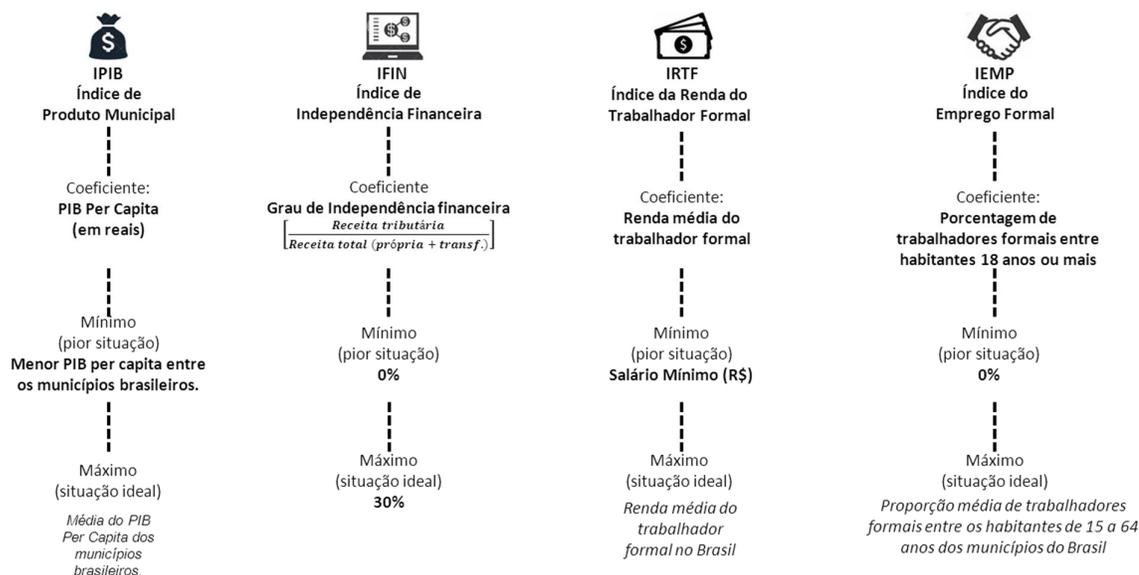
4 DIMENSÃO ECONOMIA E FINANÇAS

A Dimensão Economia e Finanças é composta por quatro indicadores: dois ligados a dinâmica do mercado de trabalho – Índice da Renda do Trabalhador Formal (IRTF) e Índice do Emprego Formal (IEMP), ambos calculados com a base nos dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE/ RAIS); e outros dois que visam captar a dinâmica econômica e financeira dos municípios – Índice de Independência Financeira (IIFI) e o Índice do Produto Municipal (IPIB), calculados com a base de dados disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Secretária do Tesouro Nacional (STN).

$$INF = \frac{I_{PIB} + I_{IFI} + I_{RTF} + I_{EMP}}{4}$$

A média aritmética dos quatro indicadores compõe o Índice de Economia e Finanças (IEF). As metas para esta dimensão são baseadas na realidade média dos municípios brasileiros.

Figura 6 – Índice de Economia e Finanças (IEF), indicadores e metas estabelecidas



Fonte: Elaboração COEST / SEI.

Seguem os subindicadores da Dimensão Economia e Finanças, bem como suas respectivas metas:

- a) IPIB – Índice de Produto Municipal: índice que capta o nível do PIB per capita do município em comparação ao nível Brasil. A meta a ser alcançada é a média do PIB per capita dos municípios brasileiros, sendo a margem inferior (o mínimo), o menor PIB per capita entre todos os municípios do país no corrente ano;
- b) IFIN – Índice de Independência Financeira: capta a capacidade com que o município tem de financiar suas atividades e a oferta de serviços à população. Considera-se como ideal a arrecadação tributária (própria) de 30% sobre a receita total;
- c) IRTF – Índice da Renda do Trabalhador Formal: calcula a rentabilidade média dos trabalhadores formalizados em comparação ao nível Brasil. A meta a ser alcançada é a renda média do trabalhador formal no Brasil, e o valor mínimo é o salário mínimo do ano vigente;
- d) IEMP – Índice de Emprego Formal: mensura a proporção do emprego formal no município, considerando a meta a ser alcançada (valor máximo), a participação média de trabalhadores formais entre os habitantes de 15 a 64 anos de todos municípios brasileiros no período analisado, e o valor mínimo 0, ou seja, nenhum trabalhador formalizado no município.

A seguir são apresentados os resultados do IPESE para o ano de 2012 em comparações com o ano de 2010.

3 RESULTADOS

Os resultados apresentados pelo IPESE podem ser avaliados por diversas perspectivas, tanto para o índice global, quanto para os três indicadores componentes, bem como para os 16 subindicadores, graças a fácil desagregação do índice. A interpretação do comportamento dos indicadores dar-se de duas formas: análise vertical e análise horizontal. Na primeira, observa-se a classificação ordinal do indicador comparando a performance do município *j* com os demais através de um ranking. E na análise horizontal, ou longitudinal, verifica-se a evolução temporal do indicador a partir da variação em pontos absolutos ou percentuais.

O objetivo das análises aqui apresentadas é avaliar o IPESE de forma ordinal (análise vertical) para o ano de 2012, destacando-se os 30 melhores e piores desempenhos, no índice agregado e em cada dimensão componente. Também se verifica o desempenho dos 30 maiores municípios do estado da Bahia, em termos de população, e a evolução temporal (análise horizontal) comparando os anos de 2010 e 2012.

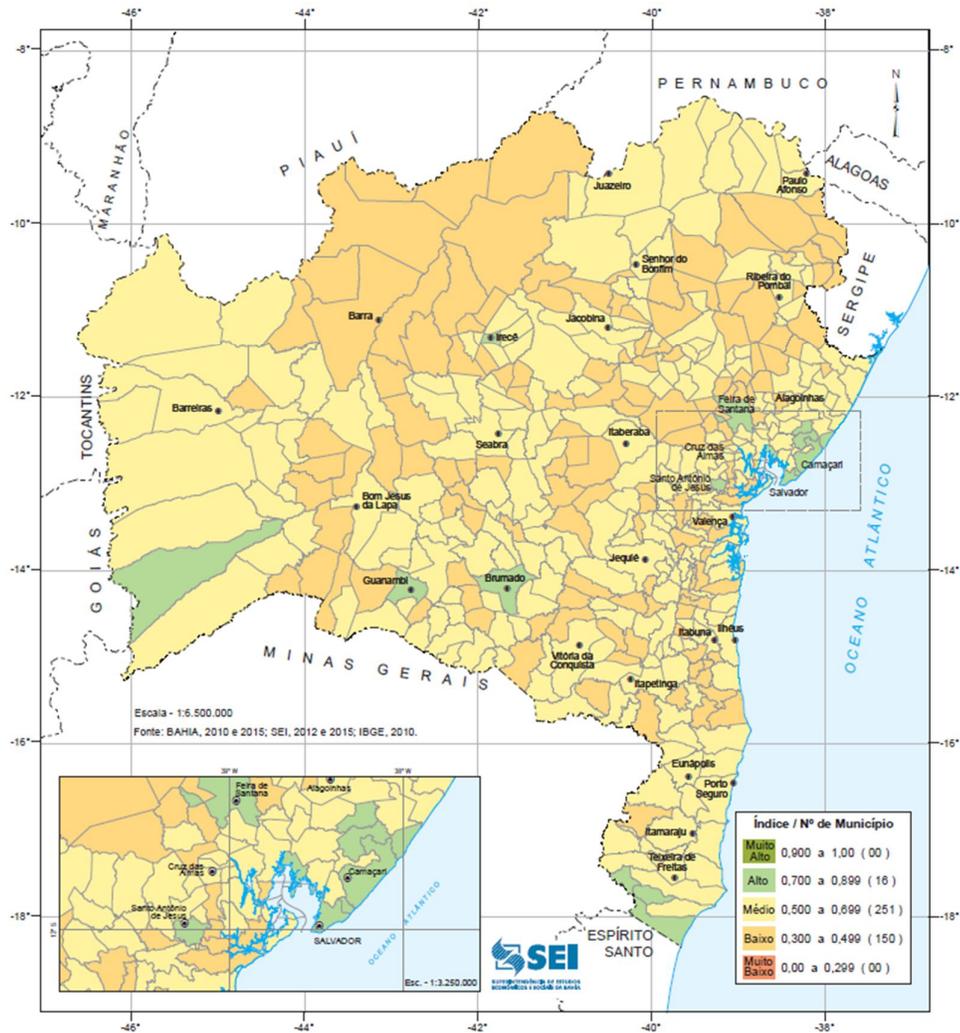
A fim de facilitar a realização das mais variadas análises, os indicadores resultados estão identificados com o matiz de cor apresentado na faixa de desempenho (Figura 3): desempenho “muito baixo”, indicador abaixo de 0,299 – cor vermelha; “baixo”, entre 0,300 e 0,499 – laranja; “médio”, entre 0,500 e 0,699 – amarela; “alto”, entre 0,700 e 0,899 – verde claro; e “muito alto”, acima de 0,900 – verde escuro.

A metodologia de cálculo do IPESE propicia que os gestores de políticas públicas realizem um diagnóstico minucioso da performance socioeconômica de cada município, identificando e avaliando o crescimento ou decréscimo do indicador municipal em relação às metas estabelecidas.

3.1 Análise comparativa: IPESE 2010 e 2012

O IPESE avaliou o desempenho dos 417 municípios baianos, conforme as dimensões apresentadas. Em uma análise ampla do índice, para o ano de 2012, 36,0% do total (150 municípios) apresentaram uma performance socioeconômica classificada como ‘baixa’. E para 251 municípios, o desempenho apresentado era ‘médio’, 60,2% na distribuição do total. Contudo, 16 municípios, ou 3,8% do estado, eram classificados com performance ‘alta’, acima de 0,700 pontos no índice. Embora nenhum município se enquadrasse na performance ‘muito baixa’, a frequência acumulada indicou que 96,0% dos municípios baianos apresentaram uma performance socioeconômica classificada com nível ‘médio’ ou ‘baixo’, demonstrando que ainda há um espaço considerável para o desenvolvimento de políticas públicas para melhoria dos serviços básicos ofertados à população da Bahia.

Figura 7 – Índice de Performance Socioeconômica, 2012



Fonte: Elaboração COEST / SEI.

Na análise horizontal, comparando o desempenho do IPESE entre os anos de 2010 e 2012, observa-se que o índice apresentou uma pequena melhora. Enquanto que em 2010 o total de municípios em nível 'baixo' de performance era de 230, ou seja, 55,2% do total, para o ano de 2012, eram apenas 150 municípios neste nível. De um universo total de 417 municípios, 80 destes avançaram no nível de performance socioeconômica, saindo de um desempenho 'baixo', em 2010, para 'médio' desempenho no ano de 2012. E com o desempenho 'alto', no ano de 2010 eram apenas 6 municípios, passando a um total de 16 municípios em 2012.

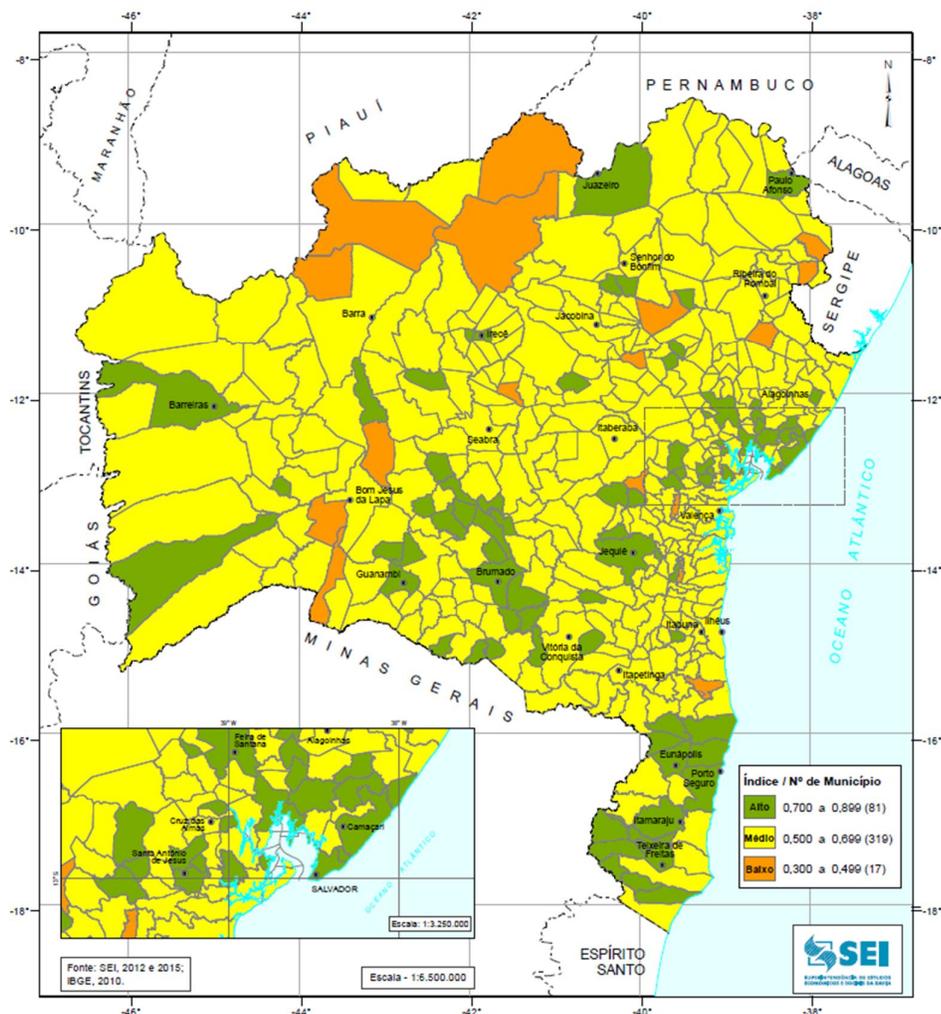
Assim sendo, observa-se que houve uma melhora captada pelo IPESE entre os anos de 2010 e 2012. Tal melhora é perceptível graças aos desempenhos

positivos das dimensões Saúde e Economia e Finanças. Em ambas as dimensões, o IPESE constatou que os efeitos de políticas públicas, sobretudo na oferta de profissionais de saúde, aumento da renda do trabalhador formal e nível de formalização, afetaram positivamente a performance socioeconômica dos municípios baianos.

3.2 Desempenho do Índice do Nível de Saúde (INS)

Analisando a performance geral do INS entre os 417 municípios do estado da Bahia, observa-se que nenhum se enquadrava em nível 'muito alto', ou seja, nenhum município alcançava 0,900 pontos das metas estabelecidas para o ano de 2012. A grande maioria (76,3%), apresentou uma 'média' performance no INS. Contudo, nenhum município estava em nível 'muito baixo' na oferta de serviços básicos de saúde, e número dos que estavam em situação 'alta' (82 municípios), era superior a quantidade de municípios em nível 'baixo' (17 municípios).

Figura 8 – Índice do Nível de Saúde, 2012



Fonte: Elaboração COEST / SEI.

Entre os indicadores do INS, o IPSF se destacava com 62,4% dos municípios em situação ‘muito alta’, um total de 260. Entretanto, o indicador de oferta de enfermeiros (IENF) teve um perfil contrário, apenas 0,7% dos municípios com performance ‘muito alta’, e 49,6% e 34,3% dos municípios caracterizados em situação ‘baixa’ e ‘muito baixa’, respectivamente. No Índice de Oferta de Médicos do SUS (IMED), 38,1% dos municípios apresentaram uma ‘baixa’ performance, 22,1% ‘muito baixo’, para 23,0% a performance estava em nível ‘médio’ e somente ‘alto’ e ‘muito alto’ para 16,8% dos municípios.

Tabela 2 – Distribuição de frequência do Índice do Nível de Saúde e indicadores para o ano de 2012

Faixa	INS		IMED		IENF		IPSF	
	Número de Municípios	Distribuição						
Muito Baixo	0	0,0%	92	22,1%	143	34,3%	12	2,9%
Baixo	17	4,1%	159	38,1%	207	49,6%	27	6,5%
Médio	318	76,3%	96	23,0%	48	11,5%	50	12,0%
Alto	82	19,7%	36	8,6%	16	3,8%	68	16,3%
Muito Alto	0	0,0%	34	8,2%	3	0,7%	260	62,4%
Total	417	100,0%	417	100,0%	417	100,0%	417	100,0%

Faixa	ICPN		IVAC		IINE		IOCD	
	Número de Municípios	Distribuição						
Muito Baixo	44	10,6%	1	0,2%	22	5,3%	0	0,0%
Baixo	192	46,0%	3	0,7%	117	28,1%	15	3,6%
Médio	148	35,5%	22	5,3%	218	52,3%	94	22,5%
Alto	32	7,7%	136	32,6%	59	14,1%	245	58,8%
Muito Alto	1	0,2%	255	61,2%	1	0,2%	63	15,1%
Total	417	100,0%	417	100,0%	417	100,0%	417	100,0%

Fonte: Elaboração COEST / SEI.

No Índice de Consultas Pré-Natal (ICPN) a grande maioria dos municípios (92,1%) encontrava-se na faixa de classificação entre ‘muito baixo’, ‘baixo’ e ‘médio’, e apenas 7,9% estavam em nível ‘alto’ e ‘muito alto’. No IINE, 85,6% dos municípios foram classificados com desempenho ‘muito baixo’, ‘baixo’ e ‘médio’, enquanto que 14,4% estiveram listados como ‘alto’ e ‘muito alto’.

Os indicadores componentes da Dimensão Saúde que tiveram uma grande quantidade de municípios classificados na faixa de ‘alto’ e ‘muito alto’ foram: Índice de Cobertura de Vacina (IVAC) com 93,8% dos municípios; Índice da Cobertura de Equipes Saúde da Família (IPSF) com 78,7%; e o Índice de Óbitos por Causa Definidas (IOCD), com 73,9%.

Os dez municípios que apresentaram as maiores performances no INS para o ano de 2012 foram: São Francisco do Conde (0,844), Madre de Deus (0,843), Guanambi (0,838), Paramirim (0,836), Dom Macedo Costa (0,826), Cordeiros (0,824), Bom Jesus da Serra (0,817), Botuporã (0,811), Maetinga (0,811) e São Félix (0,807). Embora São Francisco do Conde esteja na 1ª colocação no ranking INS alcançando 84,4% das metas, o município somente conseguiu alcançar 44,5% das metas do ICPN, nível considerado “baixo”. Já Madre de Deus (2ª posição), apresentou fragilidade também no ICPN, obtendo 44,4% das metas e 65,7% das metas do Índice de Internações por Causas Não-Evitáveis (IINE), este último classificado em nível “médio”.

Em posição contrária, os dez municípios que apresentaram as menores performances no INS para o ano de 2012 foram: Pilão Arcado (0,385), Paratinga

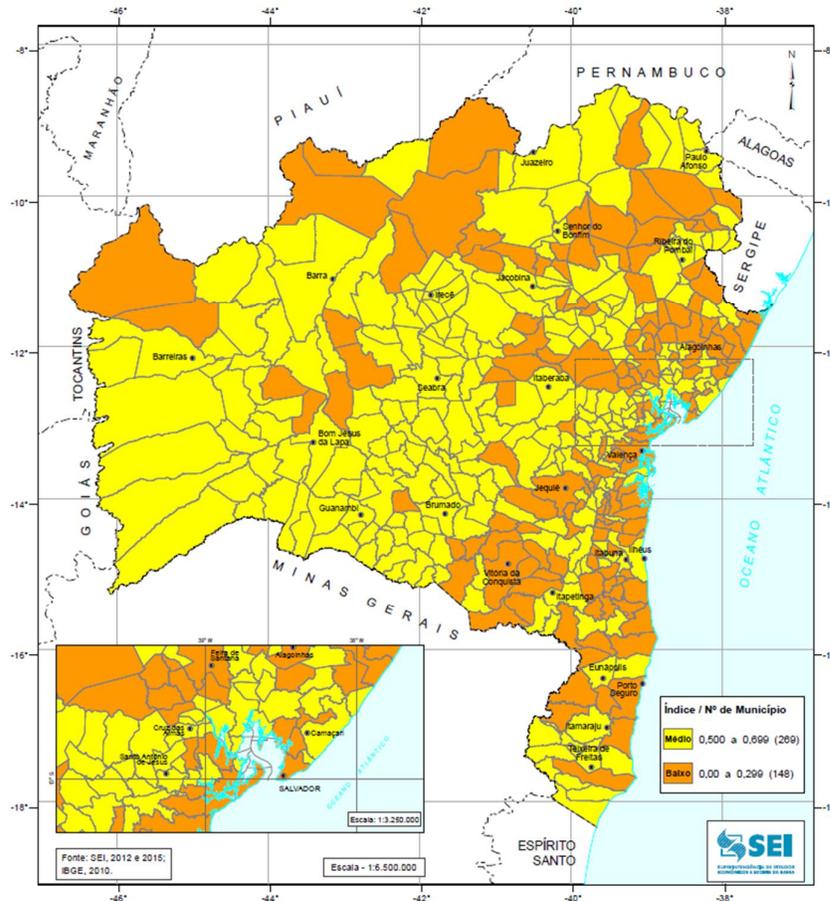
(0,391), Várzea da Roça (0,426), Ubatã (0,434), Santo Sé (0,437), Buritirama (0,440), Serra do Ramalho (0,466), Jiquiriçá (0,471), Casa Nova (0,471) e Coronel João Sá (0,475).

Pilão Arcado alcançava, somente, 15,7% das metas para o IMED, 15,1% das metas do IENF, 31,2% do IPSF, 8,3% do ICPN, 82,9% do Índice de Cobertura de Vacina (IVAC), 47,7% do Índice de Internações por Causas Não Evitáveis (IINE) e 68,7% para o Índice de Óbitos por Causa Definidas (IOCD). Ainda assim, no indicador geral de saúde o município de Pilão Arcado atingiu uma performance “baixa”.

3.3 Desempenho do Índice do Nível de Educação (INE)

Entre os três indicadores componentes do IPESE, o Índice do Nível de Educação foi o que apresentou a menor variabilidade. Todos os 417 municípios se classificaram com desempenho “baixo” (147) ou “médio” (270), demonstrando que esse é o eixo onde há uma maior dificuldade no alcance das metas estabelecidas, para 2012.

Figura 9 – Índice do Nível de Educação, 2012



Fonte: Elaboração COEST / SEI.

A maioria dos municípios baianos (64,7%) teve uma ‘média’ performance no INE. Os demais 35,3% obtiveram ‘baixo’ desempenho no indicador. O Índice de Matrícula na Pré-Escola (IMPE) também obteve resultado ‘médio’ para 61,6% dos municípios. No Índice de Matrícula no Ensino Fundamental (IMEF), 68,3% dos municípios obtiveram uma performance ‘muito baixa’, e os demais municípios (31,7%) foram classificados com ‘baixo’ desempenho. A situação mais preocupante é em relação ao Índice de Matrícula no Ensino Médio (IMEM) que teve performance ‘muito baixa’ para 97,8% dos municípios, quase a totalidade do estado.

Tabela 7 – Distribuição de frequência do Índice do Nível de Educação e indicadores para o ano de 2012

Faixa	INE		IMPE		IMEF	
	Quantidade Municípios	Distribuição	Quantidade Municípios	Distribuição	Quantidade Municípios	Distribuição
Muito Baixo	0	0,0%	3	0,7%	285	68,3%
Baixo	147	35,3%	92	22,1%	132	31,7%
Médio	270	64,7%	257	61,6%	0	0,0%
Alto	0	0,0%	56	13,4%	0	0,0%
Muito Alto	0	0,0%	9	2,2%	0	0,0%
Total	417	100,0%	417	100,0%	417	100,0%

Faixa	IMEM		IQSI		IQSF	
	Quantidade Municípios	Distribuição	Quantidade Municípios	Distribuição	Quantidade Municípios	Distribuição
Muito Baixo	408	97,8%	1	0,2%	0	0,0%
Baixo	8	1,9%	0	0,0%	2	0,5%
Médio	1	0,2%	43	10,3%	134	32,1%
Alto	0	0,0%	285	68,3%	240	57,6%
Muito Alto	0	0,0%	88	21,1%	41	9,8%
Total	417	100,0%	417	100,0%	417	100,0%

Fonte: Elaboração COEST/ SEI.

Em posição contrária, os indicadores de qualidade apresentaram uma performance classificada como ‘alta’. O Índice da Qualidade do Ensino Fundamental – Séries Iniciais (IQSI) alcançou desempenho “alto” em 68,3% dos municípios. Também o Índice da Qualidade do Ensino Fundamental – Séries Finais (IQSF) obteve um ‘alto’ desempenho para 57,6% dos municípios.

Os dez municípios que apresentaram a maior performance no INE para o ano de 2012 foram: Lajedão (0,667), Mata de São João (0,665), Novo Horizonte (0,664), Licínio de Almeida (0,653), São Félix do Coribe (0,651), São Domingos (0,646), Ibitiara (0,635), Irecê (0,634), Dom Macedo Costa (0,633) e Madre de Deus (0,627). O município de Lajedão, embora seja o 1º no ranking, atingindo 66,7% das metas no INE, apresentava vulnerabilidade em alguns indicadores: no IMEF, o município obteve 42,6% das metas e IMEM alcançou apenas 19,8%. O município de Mata de São João, 2ª colocação, apresentou ‘baixo’ desempenho também no IMEF, alcançando 42,6% das metas e performance ‘muito baixa’ no IMEM com apenas 17,4% da meta.

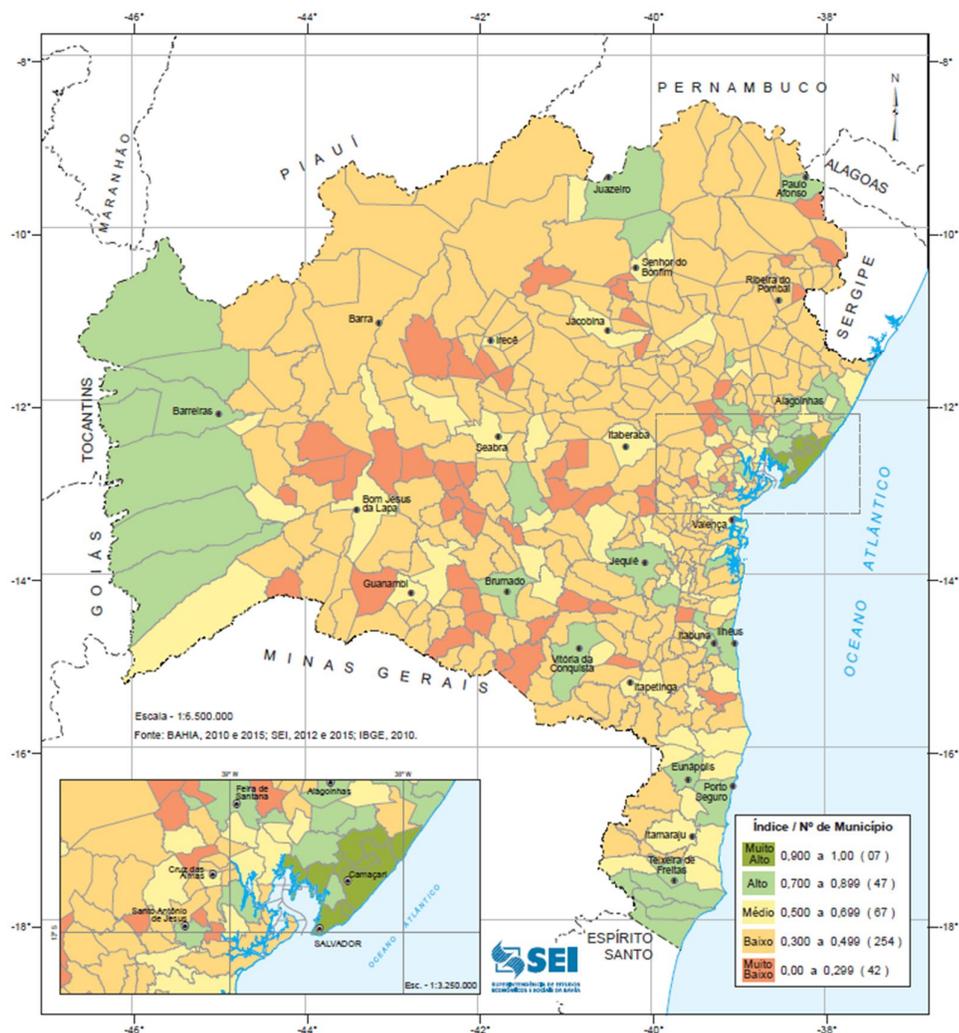
Os dez municípios que apresentaram as menores performances no INE para o ano de 2012 foram: Lajedinho (0,324), Novo Triunfo (0,338), Santa Luzia (0,374), Pedro Alexandre (0,385), Almadina (0,391), Caatiba (0,391), Lamarão (0,402), Jaguaripe (0,405), Ubatã (0,406) e Itapicuru (0,412). Lajedinho alcançou 32,4% das

metas do INE, e entre os indicadores componentes o melhor desempenho foi no Índice de Qualidade do Ensino Fundamental – Séries Finais (IQSF), obtendo 74,7% da meta, considerado ‘alta’ performance. O indicador de ‘médio’ desempenho foi o IMPE, onde o município alcançou 52,2% das metas. Nos demais indicadores Lajedinho teve uma performance em nível ‘muito baixo’: IMEF 25,0% das metas; IMEM com somente 9,9% das metas; e IQSI, em que não houve pontuação por falta de registro administrativo.

3.4 Desempenho do Índice de Economia e Finanças (IEF)

O Índice de Economia e Finanças, entre as três dimensões do IPESE, foi o que apresentou maior variabilidade de resultados. Enquanto que nos indicadores do Nível de Saúde e Educação, nenhum município se enquadrava nos extremos da faixa de classificação, na Dimensão Economia e Finanças, os desempenhos ‘muito baixo’ e ‘muito alto’ foram identificados em diversos municípios.

Figura 10 – Índice de Economia e Finanças, 2012



Fonte: Elaboração COEST / SEI.

Do total de 417 municípios, 61,9%, apresentaram uma “baixa” performance no indicador (258), 12,9% (total de 54 municípios) “muito baixo”, 14,1% (59 municípios) desempenho “médio” e, 11,1% entre “alto” e “muito alto”, 46 municípios. Estes resultados demonstram a grande variação quando comparados os indicadores da Dimensão Economia e Finanças.

Tabela 10 – Distribuição de frequência do Índice de Economia e Finanças e indicadores para o ano de 2012

Faixa	IEF		IEMP		IRTF	
	Número de Municípios	Distribuição	Número de Municípios	Distribuição	Número de Municípios	Distribuição
Muito Baixo	54	12,9%	45	10,8%	13	3,1%
Baixo	258	61,9%	201	48,2%	39	9,4%
Médio	59	14,1%	76	18,2%	76	18,2%
Alto	39	9,4%	48	11,5%	102	24,5%
Muito Alto	7	1,7%	47	11,3%	187	45,8%
Total	417	100,0%	417	100,0%	417	100,0%

Faixa	IPIB		IIFI	
	Quantidade Municípios	Distribuição	Quantidade Municípios	Distribuição
Muito Baixo	272	65,2%	373	89,4%
Baixo	75	18,0%	27	6,5%
Médio	24	5,8%	12	2,9%
Alto	10	2,4%	3	0,7%
Muito Alto	36	8,6%	2	0,5%
Total	417	100,0%	417	100,0%

Fonte: Elaboração COEST / SEI.

No Índice do Emprego Formal (IEMP), 48,2% dos municípios foram indicados com 'baixo' desempenho, 18,2% 'médio' e 22,8% entre 'alto' e 'muito alto'. O Índice da Renda do Trabalhador Formal (IRTF) foi o indicador que apresentou a maioria dos municípios (69,3%) classificados como 'alto' e 'muito alto', um total de 289. Os demais municípios (128) apresentaram desempenho entre 'médio' e 'muito baixo', total de 18,2% na distribuição. No IPIB, 65,2% dos municípios tiveram um desempenho em nível 'muito baixo' e 18,0% dos municípios classificados como 'baixo'. Assim sendo, a grande maioria dos municípios baianos (83,2%), tiveram um desempenho classificado entre "baixo" e "muito baixo" no produto municipal.

O Índice de Independência Financeira (IIFI) foi o que apresentou maior fragilidade na Dimensão Economia e Finanças, indicando 89,4% dos municípios com performance 'muito baixa'. Os municípios com desempenho 'alto' e 'muito alto' foram apenas 1,2%, ou seja, 5 municípios. Os demais, 9,4% obtiveram resultados entre os níveis "baixo" e "médio" neste indicador.

Os dez municípios que apresentaram as melhores performances no IEF para o ano de 2012 foram: Salvador (0,996), Lauro de Freitas (0,969), Mata de São João (0,940), Candeias (0,933), Camaçari (0,925), Dias D'Ávila (0,914), São Francisco do Conde (0,900), Feira de Santana (0,899), Pojuca (0,896) e Luís Eduardo Magalhães (0,879).

A maioria dos 30 melhores desempenhos no indicador IEF, alcançaram 100% das metas em quase todos indicadores: IEMP, IRTF e IPIB. Os que não alcançaram a totalidade das metas nos três indicadores citados, ainda assim, apresentaram desempenho em nível ‘muito alto’ ou ‘alto’. As exceções foram Catu, com 54,0% da meta estabelecida para o IPIB e Caravelas, que alcançou 67,7% do IEMP.

Considerando o Índice de Independência Financeira (IIFI) somente Mata de São João e Salvador alcançaram 100% da meta. Lauro de Freitas (87,6%) e Candeias (73,3%) apareceram em seguida, com performances consideradas ‘altas’ para este indicador. Contudo, entre os 30 municípios com melhor desempenho no IEF, a grande maioria teve desempenho ‘médio’ ou ‘baixo’ quando analisada a capacidade de autofinanciamento do município. Os municípios de Ibirapóã (26,2%), São Desidério (24,9%), Formosa do Rio Preto (19,0%) e Paulo Afonso (27,2%), embora classificados entre os 30 melhores, apresentaram IIFI ‘muito baixo’.

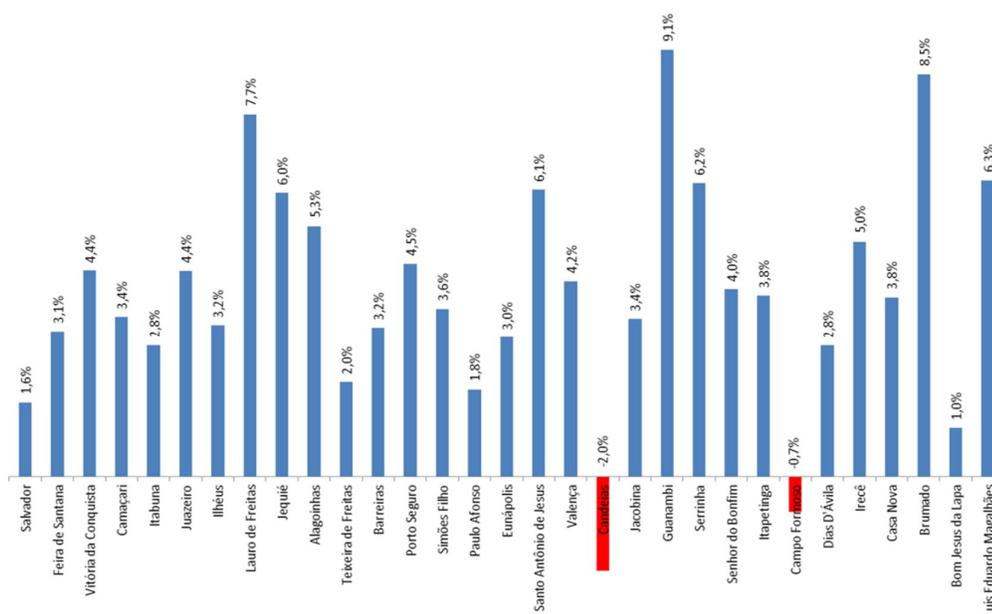
Os dez municípios que exibiram as menores performances no IEF, para o ano de 2012, foram: Umburanas (0,131), Caraíbas (0,141), Caturama (0,151), Ibititá (0,176), Novo Triunfo (0,182), Antônio Gonçalves (0,193), Sítio do Mato (0,203), Elísio Medrado (0,205), Tremedal (0,207) e Nova Itarana (0,215). O município de Umburanas foi o que apresentou o menor indicador IEF, alcançado 13,1% das metas estabelecidas. O município atingiu somente 3,6% da meta do IEMP, 25,9% do IRTFP, 13,2% do IPIB e 9,8% em IIFI, todos em nível ‘muito baixo’. Entre os 30 menores desempenhos no IEF, destacam-se Coração de Maria com 55,8% do IEMP, Ipecaetá e Caetanos com as respectivas performances de 75,5% e 72,0% no IRTF. No índice de IIFI e no IPIB, todos os trinta menores desempenhos tiveram performances classificadas como “muito baixa”.

3.5 Análise do IPESE: 30 maiores municípios em termos de população – 2010 e 2012.

Verificando o desempenho do IPESE nos 30 maiores municípios, em termos populacionais, a partir da evolução temporal entre os anos de 2010 e 2012, observa-se que a maioria apresentou melhora na performance socioeconômica. As exceções foram os municípios de Candeias e Campo Formoso. Em 2010 Candeias apresentou um índice de 0,703 pontos, nível ‘alto’. Sendo que, em 2012 o índice passou para 0,684 pontos, uma redução de -1,9%. Campo Formoso também apresentou um

comportamento de retrocesso no IPESE 2012, embora de menor impacto se comparado ao primeiro: -0,7%.

Figura 6 – Variação IPESE 2010 e 2012, 30 maiores municípios em população

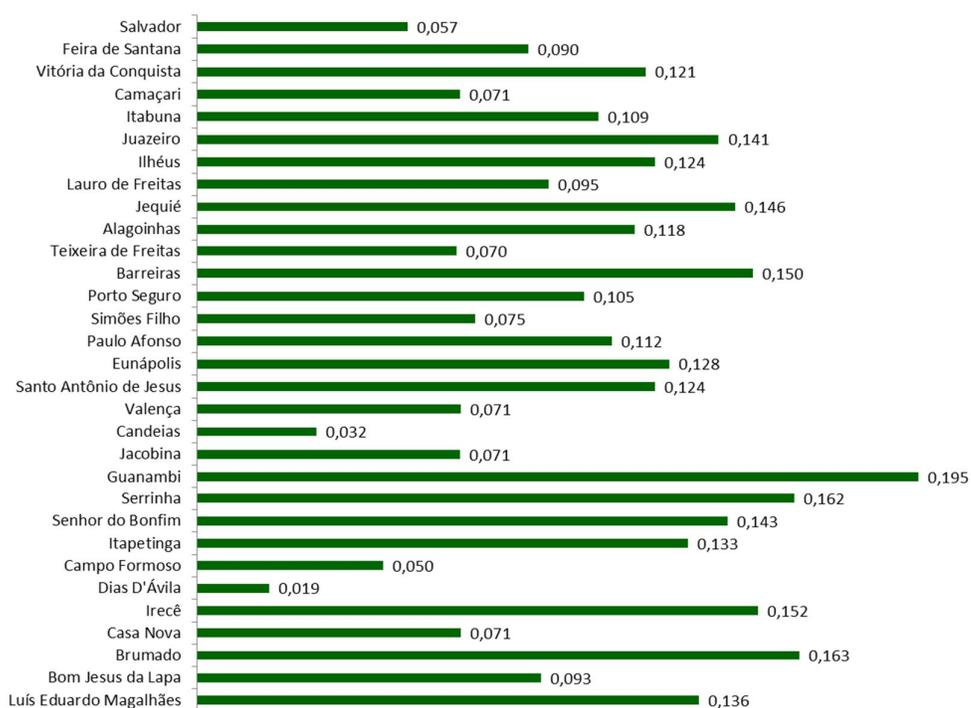


Fonte: Elaboração COEST / SEI.

Por sua vez, os municípios que tiveram maior evolução no IPESE neste período foram: Guanambi (9,1%), Brumado (8,5%), Lauro de Freitas (7,7%), Luís Eduardo Magalhães (6,3%), Serrinha (6,2%), Santo Antônio de Jesus (6,1%), Jequié (6,0%), Irecê (5,0%) e Juazeiro (4,4%). Entre os três mais populosos no ano de 2012, Vitória da Conquista (4,4%) esteve à frente de Feira de Santana (3,1%) e Salvador (1,6%).

No que se refere ao Índice de Nível de Saúde (INS), todos os 30 maiores municípios tiveram performance positiva, devido ao aumento na oferta de médicos, captado pelo IMED, enfermeiros do SUS (IENF) e aumento da cobertura vacinal (IVAC). Entretanto, o número de consultas pré-natal, avaliado pelo ICPN, foi uma variável que não apresentou evolução durante os anos de 2010 e 2012.

Figura 7 – Variação INS 2010 e 2012, 30 maiores municípios em população



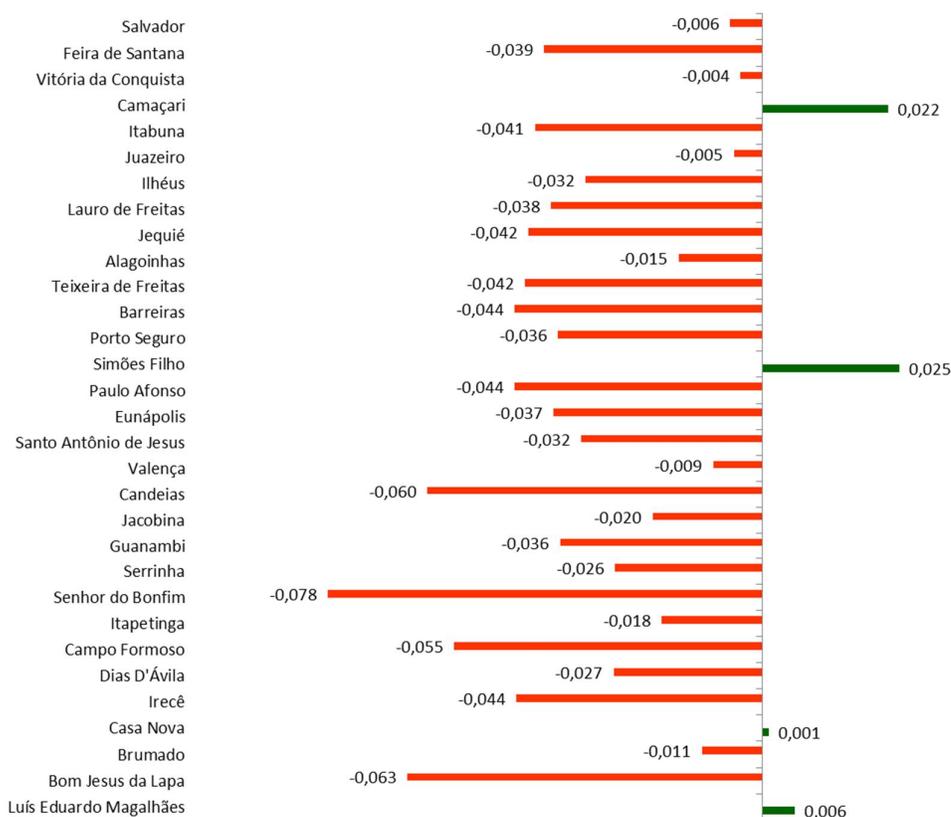
Fonte: Elaboração COEST / SEI.

Os municípios com maior evolução no INS foram: Guanambi (0,195), Brumado (0,163), Serrinha (0,162), Irecê (0,152), Barreiras (0,150), Jequié (0,146) e Senhor do Bonfim (0,143). Entre os 30 maiores, os municípios que apresentaram as menores variações positivas na performance do INS foram: Dias D'Ávila (0,019), Candeias (0,032) e Campo Formosos (0,050)

Analisando a evolução da performance de educação dos municípios (INE), verifica-se que quase todos os 30 maiores municípios tiveram variação negativa entre os anos de 2010 e 2012. As exceções ficaram por conta dos municípios de Camaçari (0,022), Simões Filho (0,025), Luís Eduardo Magalhães (0,006) e Casa Nova (0,001).

Entre os municípios que tiveram maiores variações negativas no INE, destacam-se: Senhor do Bonfim (-0,078), Bom Jesus da Lapa (-0,063), Candeias (-0,060) e Campo Formoso (-0,055). Esses municípios não tiveram boa performance devido a baixa proporção de criança de 6 a 14 anos matriculadas no ensino fundamental, assim como, a baixa participação de jovens entre 15 e de 17 anos matriculados no ensino médio.

Figura 8 – Variação INE 2010 e 2012, 30 maiores municípios em população

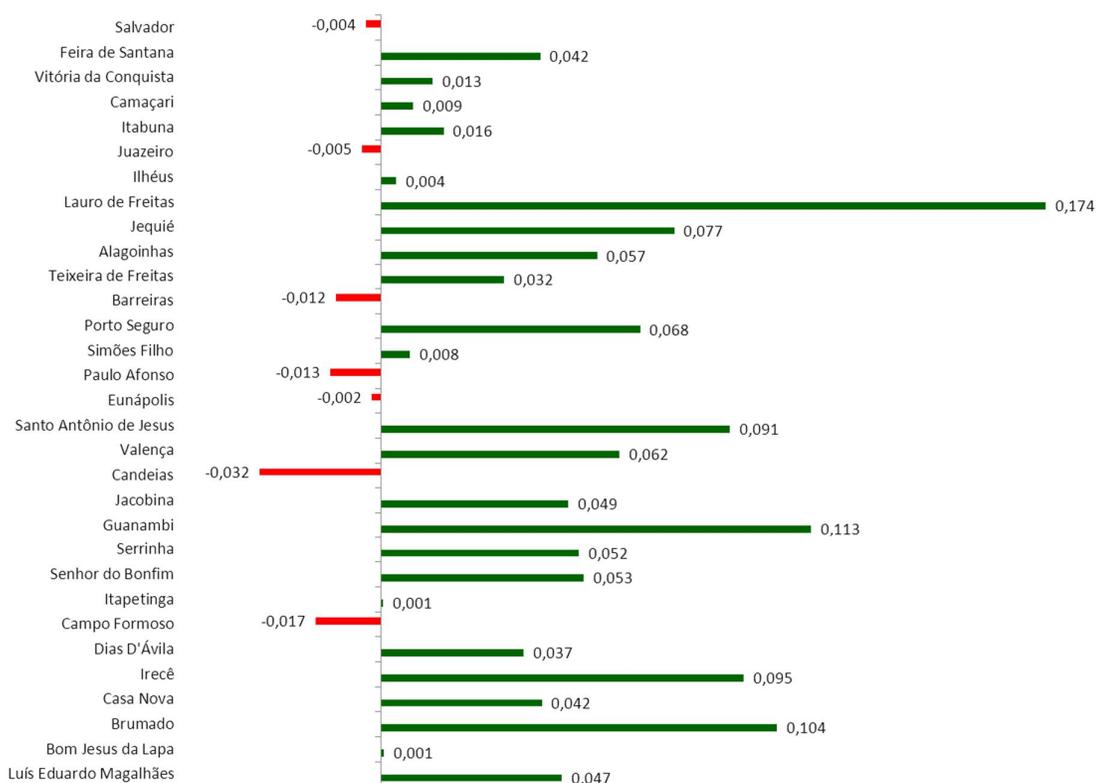


Fonte: Elaboração COEST / SEI.

As variáveis de qualidade da educação básica a partir da nota IDEB das séries iniciais do 4º e 5º ano e das séries finais da 8º e 9º ano, tiveram uma evolução positiva na performance para a maioria dos 30 maiores municípios em população. Sendo assim, vale destacar que as variáveis que apresentaram maior fragilidade nesta dimensão são as de oferta de matrícula líquida, tanto na pré-escola, ensino fundamental e ensino médio.

Observando a performance do indicador da Dimensão Economia e Finanças (IEF), a maioria dos 30 municípios apresentou uma variação positiva. Entretanto, exceções foram observadas nos municípios de Candeias (-0,032 pontos), Campo Formoso (-0,017), Paulo Afonso (-0,013), Barreiras (-0,012), Juazeiro (-0,005), Salvador (-0,004) e Eunápolis (-0,002).

Figura 9 – Variação IEF 2010 e 2012, 30 maiores municípios em população



Fonte: Elaboração COEST / SEI.

Os municípios que obtiveram maiores variações no indicador do IEF foram: Lauro de Freitas (0,174 pontos), Guanambi (0,113), Brumado (0,104), Irecê (0,095) e Santo Antônio de Jesus (0,091). Estes municípios melhoraram a performance, sobretudo nos indicadores de emprego formal (IEMP), renda média do trabalhador formal (IRTF) e PIB per capita (IPIB).

No indicador de IEF, somente a dimensão independência fiscal não apresentou evolução durante os anos de 2010 e 2012. Municípios como Juazeiro, Paulo Afonso, Valença, Jacobina, Serrinha, Senhor do Bonfim, Itapetinga, Irecê, Campo Formoso e Casa Nova continuaram em 2012 classificados com nível 'muito' baixo neste indicador.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Índice de Performance Socioeconômico (IPESE) foi criado para ser um instrumento de avaliação e monitoramento de políticas públicas. Como se trata de um indicador dinâmico, esta sujeito a ajuste metodológico tanto na composição das

variáveis como na sua fórmula de cálculo. O IPESE é um indicador flexível que permite fácil desagregação, podendo ser analisado por dimensão e em relação a cada variável que compõe os subíndices e, ainda possibilidade a adição de variáveis, a depender do fenômeno que o formulador de políticas públicas almeje estudar.

As metas dos indicadores das dimensões Saúde e Educação podem ser alteradas, conforme mudanças exigidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Também podem ser reformuladas as metas dos indicadores de economia e finanças tendo como base alteração na média do PIB per capita, a renda média do trabalhador formal, proporção média de trabalhadores formais nos municípios brasileiros. Ou seja, à medida que a economia cresça, as metas podem ser ampliadas a fim de ficar condizentes com a realidade econômica que é bastante dinâmica.

Utilizado de maneira correta, o IPESE pode ser de fundamental importância para processos de tomada de decisões no planejamento de políticas públicas. Mas o que enaltece o indicador é a capacidade de avaliação e controle em termos de gestão municipal. Sendo assim, este indicador é de interesse tanto da sociedade civil quanto do poder público.

Finalizando, é importante frisar que o IPESE representa um grande avanço na proposição de índices estruturais para os municípios. Este índice tem grande capacidade de ser adaptado por outros órgãos de estatística do Brasil, em função de sua simplicidade metodológica e das bases de dados utilizadas no seu cálculo, comum a todos os municípios brasileiros.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Tribunal de Contas do Estado. **Diário Oficial Eletrônico**. Salvador, BA, ano 1. n. 106. 04 de set. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Nota Técnica. Brasília DF: 2007a. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb): Metas Intermediárias para a sua trajetória no Brasil, Estados, Municípios e Escolas.** Brasília DF: 2007b. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/porta_l_ideb/o_que_sao_as_metas/Artigo_projecoes.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Metodologia utilizada para o estabelecimento das metas intermediárias para a trajetória do Ideb no Brasil, Estados, Municípios e Escolas.** Brasília, DF, 2007c. Nota Técnica. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/Ideb/Nota_Tecnica_n2_metas_intermediarias_IDEB.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 570, de 01 de junho de 2000. Complementação do Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 08 jun. 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 648, de 28 de março de 2006. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 mar. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.027, de 25 de agosto de 2011. Altera a Portaria nº 648/GM/MS, de 28 de março de 2006, na parte que dispõe sobre a carga horária dos profissionais médicos que compõem as Equipes de Saúde da Família - ESF e na parte que dispõe sobre a suspensão do Piso de Atenção Básica - PAB variável. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 ago. 2011a.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 2488 de 21 de Outubro de 2011. Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 out. 2011b. Disponível em: <www.saude.mt.gov.br/.../2488-%5B5046-041111-SES-MT%5D.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série E. Legislação em Saúde).

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Características do Emprego Formal – RAIS 2012. Principais Resultados – Bahia.** Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Características do Emprego Formal – RAIS 2012. Principais Resultados – Brasil.** Brasília, 2013.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010/2011**: mercado de trabalho. 3. ed. São Paulo: DIEESE, 2011.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal: Ano Base 2011. Rio de Janeiro: SEI/SENAI, 2014.

FEE - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. Idese: uma análise sobre o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Rio Grande do Sul. **Texto para discussão FEE**, n. 115. Porto Alegre, 2013. Disponível em: < <http://cdn.fee.tche.br/tds/115.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação Internacional de Doenças**: décima revisão (CID-10). 8. Ed. São Paulo: Edusp, 2008. p. 163. (v. 2).

REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÃO PARA A SAÚDE. **Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações**. 2. ed. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. 349 p.

SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Índice de performance econômico e social dos municípios baianos**. Salvador: SEI, 2014. (v.1).

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The world health report**: working together for health. Geneva: WHO; 2006.